



Fundação de Apoio ao Desenvolvimento  
da Universidade Estadual de Londrina

**MUNICÍPIO DE ORTIGUEIRA**  
**EDITAL Nº 001/2015**  
**DATA DA PROVA: 27/09/2015**

**CARGO:**  
**ANALISTA DE LICITAÇÃO**  
**(NÍVEL SUPERIOR)**

**Língua Portuguesa:** Questões 01 a 06; **Matemática:** Questões 07 a 10;  
**Conhecimentos Gerais:** Questões 11 a 14; **Conhecimentos Específicos:** Questões 15 a 30.

**LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO ANTES DE INICIAR A PROVA**

1	Identifique-se na parte inferior da capa deste caderno de questões.
2	A prova terá duração de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo de preenchimento do cartão-resposta.
3	Utilize caneta esferográfica azul ou preta no preenchimento do cartão-resposta.
4	O candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora do início das provas.
5	Este caderno de provas contém 30 (trinta) questões de múltipla escolha (a,b,c,d).
6	Cada questão de múltipla escolha apresenta uma única resposta correta.
7	Verifique se o caderno está completo e sem imperfeições gráficas. Se houver algum problema, comunique imediatamente ao fiscal.
8	Durante a aplicação da prova é proibido qualquer tipo de consulta.
9	Este caderno de provas pode ser usado como rascunho, sendo a correção da prova feita única e exclusivamente pela leitura eletrônica dos cartões-resposta.
10	Assine o cartão resposta no local indicado.
11	Não serão computadas questões não assinaladas no cartão-resposta, ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura.
12	Ao término da prova, o caderno de questões e o cartão-resposta devem ser devolvidos ao fiscal da prova.

**Identificação do candidato**

Nome (em letra de forma)	Nº do Documento

## QUESTÕES 01 A 06 - LÍNGUA PORTUGUESA

---

01. Leia o recorte de texto a seguir e marque a alternativa correta.

A aldeia do Moonfleet fica a menos de um quilômetro do mar, na margem direita ou ocidental do rio Fleet. Esse riacho, tão estreito no ponto em que serpenteia junto às casas que alguém ágil é capaz de saltá-lo sem a ajuda de uma vara, alarga-se mais adiante, no manguezal salgado abaixo da cidade, transformando-se por fim num lago de águas salobras. Esse lago só é bom para aves marinhas, garças e ostras, formando um ambiente que nas Índias costumam chamar de laguna. A laguna é separada do canal aberto por uma praia imensa e horrorosa, ou ainda por diques ou pedras dos quais falarei mais tarde. Quando era criança eu pensava que esse lugar se chamava Moonfleet porque nas noites quietas, fosse verão ou inverno, a lua brilhava com muita intensidade sobre a lagoa.

(J. Meade Falkner. *Moonfleet – O tesouro do Barba Negra*. Rio de Janeiro: Record, 2006, p. 22)

- a) Moonfleet é o nome da aldeia litorânea descrita pelo personagem.
  - b) Moonfleet não é o nome verdadeiro do lugar descrito pelo personagem.
  - c) Laguna é o nome de um lago cheio de aves marinhas, garças e ostras, localizado nas Índias.
  - d) Laguna é um riacho, também conhecido como Fleet, que serpenteia a aldeia do Moonfleet.
- 

02. Leia o poema a seguir e assinale a alternativa correta.

UAU!  
Fiquei olhando, perguntando,  
Sonhando, assuntando,  
Ciscando você.  
E quando dei por mim...  
Já estava amando.

(Ulisses Tavares. *Diário de uma paixão*. São Paulo: Geração Editorial, 2003)

- a) Os três primeiros versos do poema formam um período composto por várias orações coordenadas assindéticas.
- b) Os dois últimos versos formam um período composto por duas orações coordenadas sindéticas.
- c) O verso “Já estava amando” é uma oração subordinada substantiva.
- d) O verso “E quando dei por mim...” é a oração principal do período.

03. Pleonasma é a repetição, utilizando-se de palavras diferentes, de uma informação já apresentada na frase. O seu emprego somente se justifica quando há a finalidade específica de enfatizar uma ideia ou em gêneros poéticos, sendo que, ao ser utilizado inadequadamente, é conhecido na gramática como pleonasma vicioso. Assinale a única alternativa na qual se apresenta um pleonasma vicioso.

- a) O balão subiu acima das nuvens.
  - b) Entrou apressadamente pela primeira porta que encontrou.
  - c) O nível de segurança despencou, abaixo do que poderia ser tolerado.
  - d) Em muitos países de governo ditatorial as empresas públicas têm o monopólio exclusivo de seu mercado de atuação.
- 

04. Leia o período a seguir e marque a única alternativa correta:

“Quando chegam à universidade, os jovens se deparam com novos desafios”.

- a) Na oração “Quando chegam à universidade”, ocorre uma relação de CAUSA com a oração principal.
  - b) Na oração “Quando chegam à universidade”, ocorre uma relação de CONSEQUÊNCIA com a oração principal.
  - c) Na oração “Quando chegam à universidade”, ocorre uma relação de TEMPO com a oração principal.
  - d) Na oração “Quando chegam à universidade”, ocorre uma relação de FINALIDADE com a oração principal.
- 

05. A respeito dos termos essenciais da oração, marque a alternativa correta.

- a) “A casa de madeira velha da frente ruiu”. Nessa oração, o predicado é: “da frente ruiu”.
  - b) Predicado verbal é aquele que contém apenas verbos.
  - c) Não existe frase sem verbo.
  - d) Na oração: “viver é o mais importante”, a palavra “viver” tem a função sintática de sujeito.
- 

06. Leia o recorte de texto a seguir e responda a alternativa correta.

### A CASA DE MADAME BRIZARD

A casa tinha dois andares e uma boa chácara no fundo. O salão de visitas era no primeiro. - Móvel antiga, um tanto mesclada; ao centro, grande lustre

de cristal, coberto de filó amarelo. Três largas janelas de sacada, guarnecidas de cortinas brancas, davam para a rua; do lado oposto, um enorme espelho de moldura dourada e gasta, inclinava-se pomposamente sobre um sofá de molas; em uma das paredes laterais, um detestável retrato a óleo de Madame Brizard, vinte anos mais moça, olhava sorrindo para um velho piano, que lhe ficava frente; por cima dos consolos vasos bonitos de louça da Índia, cheios de areia até à boca.

Imediato à sala, com uma janela igual àquelas outras, havia um gabinete, comprido e muito estreito, onde o Coqueiro tinha a sua biblioteca e a sua banca de estudos. Via-se aí uma pasta cheia de papéis, um tinteiro e um depósito de fumo, representando o busto de um barbadinho; ao fundo, uma conversadeira de palhinha, encostada à parede, por debaixo de um pequeno caixilho de madeira com o retrato de Vítor Hugo em gravura.

Seguia-se o aposento de Madame Brizard e mais do marido, onde também dormia o menino, o César, que teria então doze anos; logo depois estava o quarto de Amelinha e da tal viúva histérica, Léonie, a quem a família só tratava por “Nini”.

Vinha depois a grande sala de jantar, forrada de papel alegre; nas paredes distanciavam-se pequenos cromos amarelados, representando marujos de chapéu de palha, tomando genebra, e assuntos de conventos - frades muito nédios e vermelhos refestelados à mesa ou a brincarem com mulheres suspeitas. Um guarda-louça expunha, por detrás das vidraças, os aparelhos de porcelana e os cristais; defronte - um aparador cheio de garrafas, ao lado de outro em que estavam os moringues.

(Aluísio Azevedo. *Casa de Pensão*. São Paulo: Martins, 1968, p. 77.)

- a) O texto é predominantemente dissertativo com elementos de descrição objetiva.
- b) O texto é predominantemente descritivo, explorando tanto elementos de descrição objetiva quanto subjetiva.
- c) Trata-se de um texto narrativo com elementos dissertativos e narrativos.
- d) Pode-se afirmar que nesse texto o objetivo do escritor é narrar a vida das pessoas que viviam naquela casa, utilizando-se de elementos dissertativos.

#### QUESTÕES 07 A 10 - MATEMÁTICA

---

07. Em uma repartição pública de 150 (cento e cinquenta) funcionários, 80 (oitenta) gostam de futebol, e 30 (trinta) de vôlei, sabendo que 10 (dez) gostam de futebol e vôlei, quantos não gostam nem de futebol e nem de vôlei?

- a) 50
  - b) 40
  - c) 120
  - d) 110
- 

08. Em um hipermercado um produto era vendido por R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) e sofre três aumentos sucessivos de 5% (cinco por cento), qual será o valor final do produto?

- a) 4600,00
  - b) 4200,00
  - c) 44000,00
  - d) 4630,50
- 

09. Pedro tem um laptop e a bateria descarrega de acordo com a função  $c(t) = C_0 \cdot 2^{(-0,1)t}$ , sendo  $C_0$  a quantidade inicial de carga e  $c(t)$  a quantidade de carga após  $t$  horas de uso. Após a bateria ser totalmente carregada, em quantas horas a carga da bateria se reduzirá a 25% (vinte e cinco por cento) da carga inicial?

- a) 20
  - b) 8
  - c) 10
  - d) 5
- 

10. Ana, Cláudia e Patrícia são irmãs, e decidem fazer um investimento em sociedade e os respectivos capitais são aplicados a juro simples: Ana faz a primeira aplicação com a taxa de 36% a.a. (trinta e seis por cento ao ano), durante 4 (quatro) anos; Cláudia é a segunda a aplicar com taxa de 24% a.a. (vinte e quatro por cento ao ano), durante 3 (três) anos e 6 (seis) meses e Patrícia é a terceira a fazer a aplicação à taxa de 12% a.a. (doze por cento ao ano), durante 2 (dois) anos e 4 (quatro) meses. Juntos, os capitais renderam um juro de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais). Sabendo que o segundo capital é o dobro do primeiro e que o terceiro é o triplo do segundo, o valor do primeiro capital é de?

- a) 16000
  - b) 10000
  - c) 20000
  - d) 32000
- 

#### QUESTÕES 11 A 14 - CONHECIMENTOS GERAIS

---

11. “Distingue Montesquieu em cada Estado três sortes de poderes: o Poder Legislativo, o Poder Executivo e o Poder Judiciário. A cada um desses poderes correspondem, segundo o pensador francês, determinadas funções”.

(BONAVIDES, Paulo. *Ciência Política*. 17ª edição. São Paulo: Malheiros Editores, 2010, p. 149)

Com base no texto, é correto afirmar que o Poder Legislativo exerce a função de

- a) Produzir as leis que integrarão a estrutura normativa da sociedade.
- b) Fiscalizar as leis aplicadas pelo Poder Judiciário em casos concretos.
- c) Impor as leis ao Poder Executivo para que as cumpra literalmente.
- d) Decidir as leis que devem ser abolidas e vetadas na sociedade.

12. “Tradições milenares sobrevivem em um país cada vez mais cosmopolita, enquanto outras se dissolvem na violência da transformação. A rapidez da mudança cria um cenário no qual diferentes tempos históricos disputam um lugar ao sol no presente. O mesmo país que envia astronautas ao espaço usa o arado manual no campo; lidera o *ranking* de crescimento global, mas ainda tem a maior parte de sua população na zona rural; possui o segundo maior número de internautas do mundo e pratica a censura abertamente”.

(TREVISAN, Cláudia. *China: o renascimento do império*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2006, p 24).

O país descrito no texto faz parte do seguinte grupo:

- a) IBAS
- b) BRICS
- c) G7
- d) MERCOSUL

13. “Uma nova democracia, verdadeiramente incluyente, brota na ação dos que hoje se mobilizam em favor da mudança da representação política e da expressão direta do soberano popular”.

(REIS, Márlon. *O Gigante acordado. Manifestações, ficha limpa e reforma política*. Rio de Janeiro: Leya, 2013, p. 31)

A expressão “soberano popular” que aparece no texto refere-se à (ao):

- a) Determinação do rei.
- b) Mandamento de Deus.
- c) Vontade do Povo.
- d) Imposição do ditador.

14. “O reconhecimento recíproco, pode significar, por exemplo, que cidadãos seculares e religiosos estejam dispostos a se ouvirem mutuamente em debates públicos e a aprenderem uns com os outros”.

(HABERMAS, Jürgen, 1929 – *Entre naturalismo e religião: estudos filosóficos*/Jürgen Habermas; (tradução Flávio Beno Siebeneichler). – Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2007, p. 9/10).

Sobre a qualidade de “cidadão secular” assinale a alternativa correta:

- a) Observa os preceitos religiosos.
- b) Inspirado pela religiosidade.
- c) Não está sujeito a nenhuma ordem religiosa.
- d) Pertence ao instituto monástico.

#### QUESTÕES 15A30 - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

15. De acordo com a Constituição Federal, na redação resultante da EC 19, chamada de “Emenda da Reforma Administrativa”, bem como da EC 20, os servidores públicos classificam-se em quatro espécies: agentes políticos, servidores públicos em sentido estrito ou estatutários, empregados públicos e os contratados por tempo determinado.

Com relação aos servidores públicos, a definição correta é:

- a) são os agentes públicos que ocupam cargos vitalícios ou comissionados, como por exemplo, os Ministros de Estados.
- b) são todos os titulares de emprego público da Administração direta e indireta, sujeitos ao regime jurídico da CLT.
- c) são servidores públicos submetidos ao regime jurídico administrativo especial da lei prevista no art. 37, IX da Constituição Federal de 1988, bem como ao regime geral da previdência social.
- d) são os titulares de cargo público efetivo e em comissão, com regime jurídico estatutário geral ou peculiar e integrantes da Administração direta, autarquias e das fundações públicas com personalidade de Direito Público.

16. Regime de execução indireta em que o órgão contrata com terceiros um empreendimento, compreendendo as etapas das obras, serviços e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade da contratada até a sua entrega ao contratante em condições de entrada em operação, atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização em condições de segurança estrutural e operacional e com características adequadas às finalidades para que foi contratado. Este é o conceito de:

- a) Tarefa.
- b) Empreitada por preço global.
- c) Empreitada integral.
- d) Projeto básico.

17. Considerando o disposto da Lei 8666/93, a modalidade indicada para:

I. Obras com valor da contratação estimado em até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) para interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as exigências para o cadastramento.

II. Serviços com valor da contratação estimado em até R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais).

III. Contratação de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes no edital publicado na imprensa oficial.

Correspondem respectivamente a:

- a) Concorrência, Convite e Leilão.
- b) Concorrência, Tomada de Preços e Convites.
- c) Leilão, Convite e Concurso.
- d) Tomada de Preços, Tomada de Preços e Concurso

18. A Lei 8666/93 considera aplicável a dispensa de licitação:

a) Para aquisição de produtos de marca preferencial da Administração.

b) Nos casos de emergência ou de calamidade pública, sem a necessidade da devida caracterização de urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.

c) Quando não houver interessados em cotar para a Administração estabelecer o valor estimado.

d) Quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.

19. De acordo com a Lei 8.666/93, é inexigível a licitação quando:

a) O gestor optar pela marca e/ou fornecedor do produto ou serviço.

b) O órgão necessitar proceder à aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, devendo a comprovação ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo

syndicato, federação ou confederação ou ainda pelas entidades equivalentes.

c) Para contratação de serviços técnicos enumerados no artigo 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, inclusive para serviços de publicidade e propaganda.

d) Houver necessidade de locação de imóvel destinado ao atendimento de finalidades precípuas da Administração, cujas necessidades de instalações e localização condicionem sua escolha.

20. De acordo com a Lei 8.666/93, são cláusulas necessárias em todo Contrato Administrativo as que estabeleçam:

I. Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso.

II. Os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas.

III. Que a Administração comprometa-se em aditar os prazos da contratação até os limites observados na Lei.

IV. As condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso.

É correto afirmar que:

a) Somente os itens I e III estão corretos.

b) Somente os itens II e III estão corretos.

c) Somente itens II, III e IV estão corretos.

d) Somente os itens I, II e IV estão corretos.

21. Conforme a Lei 10.520/2002, a fase preparatória do pregão observará o seguinte:

I. A autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão, o pregoeiro e a respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui a escolha da melhor proposta.

II. A definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição.

III. A equipe de apoio deverá ser integrada em sua maioria por servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego da Administração, preferencialmente pertencentes ao quadro permanente do órgão ou entidade promotora do evento.

IV. A autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação de prazos para fornecimento.

Está correto o que consta:

a) II, III e IV apenas.

- b) II e IV apenas.
  - c) I, III e IV apenas.
  - d) I, II e III apenas.
- 

22. Tratando da Lei 10.520/2002, analise:

I. A convocação dos interessados será efetuada por meio de publicação de aviso em diário oficial do respectivo ente federado ou, não existindo, em jornal de circulação local e facultativamente, por meios eletrônicos e conforme vulto da licitação em jornal de grande circulação.

II. Cópias do edital do respectivo aviso serão colocadas à disposição de quaisquer pessoas para consulta e divulgadas na forma da Lei 9755/98.

III. Constarão nos autos do procedimento a justificativa das definições referidas no inciso I do artigo 3º desta Lei e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como o orçamento, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação.

Tais situações ocorrem nas fases do pregão e são denominadas, pela Lei, respectivamente, como:

- a) Externa, Preparatória e Executiva.
  - b) Interna, Externa e Preparatória.
  - c) Externa, Externa e Preparatória.
  - d) Interna, Preparatória, Executiva.
- 

23. A licitação consiste no procedimento administrativo que se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável. Em relação à aplicação do princípio constitucional da isonomia ao ato licitatório, assinale, abaixo, a assertiva que se encontra em conformidade com as disposições expressas da Lei 8.666/93:

- a) É permitido, como regra geral, ao ente licitante estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra, entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere à moeda, modalidade e local de pagamentos.
- b) Como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços: (i) produzidos no País, (ii) produzidos ou prestados por empresas brasileiras, ou (iii) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
- c) A licitação será sigilosa, não sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas após a abertura dos envelopes.
- d) A Lei 8.666/93 proíbe qualquer tipo de tratamento preferencial entre os licitantes, ainda que se refiram ao tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte.

24. O Prefeito de determinado município contratou a empresa “X” para a realização de serviços de publicidade, sem que houvesse o respectivo procedimento licitatório, sob o fundamento de que seria inexigível o procedimento licitatório posto que inviável a competição em razão da alta especialização da agência de publicidade contratada. Com base na lei de licitação, a situação está:

- a) em desconformidade com a Lei 8.666/93, pois serviços de publicidade não podem ser classificados como de notória especialização para fins de inexigibilidade da licitação.
  - b) em desconformidade com a Lei 8.666/93, pois não se trata de inexigibilidade de licitação, mas sim de dispensa.
  - c) em conformidade com a Lei 8.666/93, pois se trata de situação de inexigibilidade de licitação, em razão de serviço técnico de notória especialização.
  - d) em conformidade com a Lei 8.666/93, pois se trata de situação de dispensa de licitação, em razão de serviço técnico de notória especialização.
- 

25. Entende-se, segundo o art. 6º da Lei 8.666/93, por obra a “construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação”; por sua vez, serviço expressa “a atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse da Administração, como demolição, conserto, instalação, montagem, conservação, reparação, manutenção, transporte, publicidade, trabalhos técnico-profissionais etc.”. A respeito do procedimento licitatório para obras e serviços, é correto afirmar que:

- a) As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão à seguinte sequência: I- projeto executivo; II- projeto básico; e III- execução das obras e serviços.
- b) Será computado como valor da obra ou serviço, para fins de julgamento das propostas de preços, a atualização monetária das obrigações de pagamento, desde a data final de cada período de aferição até a do respectivo pagamento.
- c) É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório.
- d) É lícito incluir no objeto da licitação a obtenção de recursos financeiros para sua execução, qualquer que seja a sua origem, exceto nos casos de empreendimentos executados e explorados sob o regime de concessão.

26. Os avisos contendo os resumos dos editais das concorrências, das tomadas de preços, dos concursos e dos leilões, deverão ser publicados com antecedência, no mínimo, por uma vez. O prazo mínimo que deve mediar entre a divulgação do aviso até o recebimento das propostas ou da realização do evento será, segundo a Lei 8.666/93, de:

- a) quinze dias para convite.
- b) trinta dias para leilão.
- c) quarenta e cinco dias para tomada de preços, quando a licitação for do tipo “melhor técnica” ou “técnica e preço”.
- d) quarenta e cinco dias para concorrência, quando o contrato a ser celebrado contemplar o regime de empreitada integral ou quando a licitação for do tipo “melhor técnica” ou “técnica e preço”.

---

27. É sabido que a administração apenas poderá conhecer o conteúdo das propostas daqueles a quem reconheceu a titularidade do direito de licitar; este reconhecimento é realizado por um ato, denominado “habilitação”. Haverá, portanto, um momento em que a administração verificará a presença das condições do direito de licitar para, somente após, seguir à apreciação das propostas e selecionar a mais vantajosa. Sobre o tema da “habilitação”, é correto afirmar:

- a) Por ser a fase de habilitação um momento de verificação das condições de participação do licitante, é permitido, nesta etapa, requerer provas além das previstas expressamente na lei, tais como provas não documentais consistentes em amostrar de produtos para exame.
- b) Quanto à habilitação jurídica, há discricionariedade da Administração Pública em estabelecer os requisitos, podendo, nos casos de contratação com pessoas físicas, exigir, além da cédula de identidade, carteira de habilitação para dirigir e certidão de casamento, dentre outros documentos que entender pertinentes.
- c) Nos casos de sociedades empresárias, a demonstração da habilitação jurídica se dá pela apresentação do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo das Juntas Comerciais. Já em relação às sociedades simples, a prova se dará pela inscrição dos atos constitutivos no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, acompanhada de prova de diretoria em exercício.
- d) Em relação à regularidade fiscal e qualificação técnica, é permitido exigir, respectivamente, a apresentação de certidão de regularidade sindical, bem como comprovação de atividade em locais específicos, desde que vinculados ao objeto licitado.

28. Assim, a respeito da participação de empresas em consórcios, à luz da Lei 8.666/93, julgue a verdade (V) ou falsidade (F) dos itens abaixo:

- I. O consórcio consiste em associação temporária de esforços entre duas ou mais sociedades, tendo como marca a transitoriedade da associação.
- II. As empresas consorciadas devem atuar, obrigatoriamente, no mesmo segmento de atividade, sob pena de indeferimento liminar do consórcio, ainda que a licitação envolva a aquisição de uma variedade heterogênea de bens.
- III. O ato convocatório admitirá ou não a participação de empresas em consórcio. Trata-se de decisão discricionária da administração pública, que poderá admitir ou negar a participação mediante um processo de ponderação em relação à realidade do mercado em face do objeto licitado.
- IV. É permitido que uma mesma empresa participe, na mesma licitação, através de mais de um consórcio ou isoladamente.

- a) I- V; II- F; III- V; IV- F.
- b) I- V; II- V; III- F; IV- F.
- c) I- F; II- F; III- V; IV- F.
- d) I- F; II- V; III- F; IV- V.

---

29. A contratação na esfera pública é antecipada por um procedimento prévio destinado a apurar a forma mais consentânea com os interesses da administração. Apesar de não haver uma total liberdade da Administração Pública em impor alterações no contrato firmado com o vencedor da licitação, é possível, todavia, proceder a algumas modificações, desde que expressamente adequadas ao conteúdo da Lei. Sobre o tema, com base na Lei 8.666/93, assinale a alternativa correta:

- a) A administração Pública poderá alterar o contrato, unilateralmente, quando conveniente à substituição da garantia de execução.
- b) A administração Pública poderá alterar o contrato, unilateralmente, quando necessária à modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários.
- c) A administração Pública poderá alterar o contrato, unilateralmente, para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

d) A administração Pública poderá alterar o contrato, unilateralmente, quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.

30. Os contratos administrativos distinguem-se dos contratos privados pela existência das ditas “cláusulas exorbitantes”, decorrente da supremacia da Administração Pública em fixar condições iniciais do ajuste, por meio do edital de licitação, e pela possibilidade de rescisão unilateral do contrato. Contudo, certo é que a rescisão contratual poderá ocorrer por vícios imputados ao contratado e também à própria Administração Pública. Sobre o tema, assinale a assertiva que expressa a correta interpretação dos artigos 78 e 79 da Lei 8.666/93:

a) A possibilidade de rescisão do contrato, pela Administração Pública, em razão de cumprimento irregular das cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos abrange apenas a atuação dolosa do contratado, que tenha descumprido intencionalmente, não abrangendo as situações de descumprimento culposos.

b) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato, apenas poderá dar ensejo à rescisão amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação.

c) A lei autoriza a rescisão diante de indícios de futuro descumprimento em razão da lentidão no cumprimento da prestação. Para tanto, deve-se apurar, por meio técnico, que a manutenção do ritmo lento implicará na não conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados.

d) É possível à Administração Pública rescindir o contrato por razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato, não havendo, nesta hipótese, pagamento do custo da desmobilização ao contratado.

---

## GABARITO

PREENCHA SUAS RESPOSTAS NO QUADRO ABAIXO E DESTAQUE NA LINHA PONTILHADA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30